
A FORMAÇÃO DO CLERO CATÓLICO EM ANÁLISE

Sílvio José Benelli

Resumo: este artigo apresenta discussões e dados preliminares de uma investigação em psicologia social sobre a produção da subjetividade eclesial, tal como ela se processa na instituição seminário católico. Utilizando o instrumental teórico da análise institucional, estamos estudando o dispositivo pedagógico 'seminário'. O campo de pesquisa é um seminário católico de teologia, onde vivem 50 seminaristas em regime de internato, na etapa final de preparação para o sacerdócio. Os dados foram obtidos através da observação do cotidiano institucional. Discute-se o tema da produção da subjetividade, apresentam-se algumas teorias oficiais sobre a formação do clero, e finalmente, os dados obtidos através da observação.

Palavras-chave: psicologia e religião, análise institucional, seminário católico

INVESTIGANDO UM SEMINÁRIO TEOLÓGICO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Nosso objetivo nesta pesquisa é problematizar as práticas formativas eclesialistas católicas, tais como elas se apresentam nos modos de funcionamento institucionais do seminário católico e no registro do saber eclesialista, enquanto produtoras de uma possível subjetividade eclesialista (futuros padres). Nossa perspectiva teórica é baseada em operadores da análise institucional, pois uma abordagem psicológica nos moldes tradicionais da área não nos pareceu suficientemente adequada para a compreensão de tal problemática. Para a realização dessa pesquisa nos munimos com ferramen-

tas teórico-técnicas de diversos autores (GOFFMAN, 1987; BAREMBLITT, 1998; FOUCAULT, 1999; COSTA-ROSA, 2000, 2006; BARUS-MICHEL, 2004; FERREIRA NETO, 2004). Em nossa investigação sobre a formação presbiteral, a partir da psicologia social, estamos encontrando a predominância da perspectiva centrada no sujeito individual, tanto nos discursos dos atores quanto nas práticas cotidianas institucionais, inclusive no plano do saber teológico e pedagógico relativos ao processo formativo (CENTINI, MANENTI, 1988; JOÃO PAULO II, 1992; CNBB, 1995, 2001; MÉZERVILLE, 2000; MARMILICZ, 2003). Essa literatura especificamente católica, ao ser elaborada no campo teológico e pastoral, tende a ignorar o próprio campo, tomado como pano de fundo tacitamente homogêneo e não-problemático (LIBANIO, 1984, 2000, 2003; BEOZZO, 1993; BOFF, 1996; COMBLIN, 2002; GUERRA, 2003). De modo geral, podemos dizer que parece predominar nesses diversos autores um enfoque psicológico e pedagógico centrado no indivíduo seminarista, como sujeito individual e não se percebe sua produção e ação como sendo eminentemente coletiva, social e institucional. Haveria um desconhecimento tácito de que toda a realidade institucional é produzida pelos próprios agentes institucionais, que produzem e reproduzem a dinâmica institucional no seu cotidiano.

Entendemos que para estudar como estão sendo formados os seminaristas católicos que futuramente serão padres, seria útil uma abordagem institucional através da qual pudéssemos problematizar as práticas formativas (práticas discursivas, práticas de poder e tecnologias de si) que são implementadas num seminário teológico, tomando essa instituição como dispositivo de produção de subjetividade. Estamos tecendo uma grade de análise composta pela análise institucional na perspectiva da produção de subjetividade.

O termo subjetividade não é sinônimo de subjetivo, de interioridade nem de subjetivismo. Ele não se opõe ao objetivo nem se identifica plenamente com a idéia tradicional de psiquismo. Com esse termo desejamos superar diversas antinomias que pululam no campo *psi*, pois entendemos que o sujeito está sempre inserido numa rede de conexões, numa trama complexa da qual o social e o subjetivo são partes indistintas e constitutivas. Inicialmente, podemos dizer que a subjetividade é um termo que engloba os modos históricos de ser, de pensar, de perceber e de agir do sujeito. A palavra produção remete ao seu caráter propriamente processual, histórico, social e dinâmico.

A subjetividade não está 'dentro' dos indivíduos ou das pessoas, antes, ela os atravessa ou transversaliza e os constitui coletivamente, englobando materiais culturais os mais diversos: modos de existência, artefatos materi-

ais, concepções de mundo, formas de existência, etc. Portanto, não se trata de adaptação, de internalização, de socialização, de assimilação ou de introjeção do ambiente sócio-histórico pelo indivíduo, como se a subjetividade fosse um espaço interior formado a partir do espaço sócio-cultural. Trata-se de atravessamento ou transversalização e de produção social coletiva na qual o sujeito é produto e não origem, não há interioridade que preexistia aos processos que a constituem. A subjetividade é constituída através e durante uma série de processos discursivos, não-discursivos e éticos. Ela é fabricada no processo de produção do mundo social como um produto cultural complexo, podendo ser inscrita numa heterogeneidade de suportes físicos, biológicos, psíquicos, verbais, econômicos, estéticos e políticos. Ela se individualiza nas relações de alteridade e se coletiviza nas multiplicidades, constituindo um “território existencial auto-referencial”, como a denomina mais especificamente Guattari (1992, p. 7), sem comportar uma interioridade ou exterioridade, mas organizando-se como um espaço poroso, permanentemente aberto à passagem de forças e fluxos de matéria e de energia, mutante, constantemente diferindo de si mesmo.

Pensadores tais como Foucault, Deleuze e Guattari estudam os embates que atravessam a história humana quanto a dois processos de subjetivação predominantes: o regido pelo princípio de identidade e o regido pelo princípio da diferença. Conforme Silva (2005, p. 171ss), o princípio da identidade pressupõe uma imobilidade infinita que garante a existência do *mesmo* como modelo universal, a realidade é vista como ideal e estática. Já o princípio da diferença pressupõe uma imobilidade incessante, a transformação de um estado em outro e a realidade, sendo produzida por múltiplos fluxos, mantém-se em sua força instituinte, produtiva, em constante devir. Tais princípios incidem em diferentes concepções da subjetividade: uma tradicional, como fundamento de origem psicológica, interiorizada e universal, que tem predominado no campo psicológico, e uma nova versão que concebe a subjetividade como produção conectada aos diversos componentes e fluxos da vida social.

Há uma forte tradição na psicologia quanto a formulações essencialistas da subjetividade. Essa psicologia tradicional tende a conceber o homem como um sujeito dotado de uma interioridade psicológica, de um psiquismo que habitaria a interioridade do seu corpo, utilizando alguns conceitos que explicitariam esse objeto psicológico pretensamente natural, substancial e a-histórico, tais como: consciência, identidade, personalidade, conduta, comportamento, psiquismo. Nessa perspectiva, o fenômeno psicológico seria descrito como um objeto cuja gênese e constituição se

produzem enquanto processos internos do indivíduo. Tais teorias pressupõem a existência do homem e da natureza humana como hipóteses fundamentais para explicar suas construções. Elas se debatem com aporias epistemológicas dualistas, acentuando alguns elementos sobre outros: “interno/externo; psíquico/orgânico; comportamento/vivências subjetivas; natural/social; autonomia/determinação” (BOCK, 2002, p. 17). Haveria uma forte tendência mecanicista e determinista em tais concepções psicológicas que são limitadoras da compreensão do fenômeno psicológico, sobretudo porque não são sensíveis aos seus aspectos dinâmicos, sociais e históricos.

Diversos autores (FIGUEIREDO, 1991; BOCK, 2002; CAMPOS; GUARESCHI, REY, 2002; FURTADO, 2002; REY, 2003) têm procurado fazer uma análise crítica dessa psicologia tradicional, apontando seus limites: ela teria uma visão abstrata do que seria o fenômeno psicológico e desconheceria a produção histórica da idéia do homem como indivíduo dotado de uma natureza humana supostamente universal, que seria coincidente com o advento e desenvolvimento do capitalismo. Portanto, as noções de eu individual, de um sentimento de eu interno ao homem, podem ser datadas historicamente. Essas noções coincidem com as idéias liberais e burguesas que permitiram a construção de tais perspectivas psicológicas. Além disso, de acordo com tais autores, seria necessário romper com a tradição patologizante, normalizadora e com a noção de neutralidade, com o positivismo e com o idealismo, próprios dessa psicologia tradicional, pois o conceito de normalidade ocultaria a opção pelos valores sociais dominantes.

De acordo com Ferreira Neto (2004, p. 22-3), uma forma de pensarmos a subjetividade humana no campo “psi” pode ser exemplificada por uma certa vertente da psicanálise lacaniana. Nessa concepção a subjetividade humana teria um fundamento a-histórico e universal e seria constituída fundamentalmente pela ordem simbólica, pré-existente e constitutiva do sujeito. “Sua gênese, no entanto, não é pensada a partir da história ou da vida social, mas como universo de linguagem autônomo, substantivado na instância do simbólico” (FERREIRA NETO, 2004, p. 23). Nessa perspectiva, tal concepção estaria mais alinhada com o modelo hegemônico calçado no pressuposto do princípio da identidade.

Foucault é um pensador que pode nos fornecer interessantes subsídios para problematizar a questão da produção de subjetividade (BENELLI, 2004). Para ele, são práticas históricas analisáveis que constituem o sujeito, há tecnologias da constituição de si que podem ser devidamente mapeadas: seria a história das subjetivações. Portanto, haveria processos formados por práti-

cas históricas reais e variáveis que antecedem e constituem o sujeito. De modo diverso da psicologia tradicional e de certa psicanálise lacaniana, Foucault (1982, 1984, 1985, 1999) está interessado em construir uma genealogia dos processos de subjetivação, das distintas formas de “ser humano” que nas quais os homens foram sendo produzidos ao longo do tempo. Ele estuda as práticas discursivas, de poder e de si através das quais os seres humanos se tornaram sujeitos de saber, de ações de poder e sujeitos éticos.

TEORIAS SOBRE A FORMAÇÃO DO CLERO NA LITERATURA CATÓLICA

As disposições oficiais para a formação sacerdotal estão contidas na Exortação papal *Pastores Dabo Vobis*, de João Paulo II (1992). Esse documento pode ser considerado parte do plano discursivo oficial da Igreja católica quanto ao processo formativo sacerdotal, contendo as orientações teológicas relativas ao presbiterato e seus desdobramentos pedagógicos, psicológicos e espirituais que devem ser implementados nos estabelecimentos dedicados à formação do clero. Essas orientações eclesásticas romanas foram aplicadas no Brasil (CNBB, 1995, 2001) adaptando as diretrizes pontifícias para a realidade nacional.

A vocação sacerdotal é considerada um dom de Deus, condição para assumir o ministério ordenado. Ela não se baseia apenas em aspirações pessoais. A avaliação de sua autenticidade “deve levar em consideração as aptidões objetivas do candidato, a livre determinação da vontade na opção vocacional e a motivação desta” (CNBB, 1995, p. 29). A comunidade cristã tem o dever de discernir o chamado de Deus, dele devem participar todo o presbitério e sobretudo o bispo.

O seminário maior (CNBB, 1995, p. 42-50), estabelecimento que sustenta e orienta o processo pedagógico de discernimento e formação, é definido como uma “escola do Evangelho” e deve ter como modelo e referência ideal a própria convivência de Jesus com o grupo dos apóstolos e discípulos, lugar onde os seminaristas são convidados a vivenciar uma experiência de vida e intimidade com Cristo. São estabelecidos alguns objetivos específicos para a experiência educativa realizada no seminário: propiciar uma intensa vida comunitária e fraterna, aberta ao mundo; desenvolver a maturidade e responsabilidade pessoal, obediência e disponibilidade às exigências do Evangelho e às autoridades da Igreja; cultivar a vida de oração, a liturgia, o compromisso pastoral; preparar para as tarefas pastorais futuras; oferecer formação intelectual; promover uma entrega total e

sincera à vocação sacerdotal, verificando os sinais da vontade de Deus (CNBB, 1995). Para cumprir esses objetivos, exige-se uma equipe de formadores, formada com pelo menos um reitor e um diretor espiritual; professores devidamente qualificados para as diversas disciplinas; alunos e recursos; além de regulamentos específicos. A comunidade educativa do seminário deve obedecer a um programa definido, dirigido pelo reitor, em coerência com o regulamento de vida.

A formação seria um processo permanente que abrangeria todas as fases da vida dos candidatos, utilizando uma diversidade de formas e métodos, buscando que ele seja personalizado e sensível à individualidade pessoal (CNBB, 1995). Há uma ênfase no protagonismo do formando enquanto agente de um processo de autoformação, aberto à ação do Espírito Santo (JOÃO PAULO II, 1992; CNBB, 1995, 2001). Os meios pedagógicos devem ser progressivamente adaptados ao processo de amadurecimento dos candidatos e indica-se o “método participativo” (CNBB, 1995, p. 54) como sendo “o mais adequado para o desenvolvimento da corresponsabilidade na formação e para um positivo exercício da autoridade”. Propõem-se a valorização do sujeito na consideração de suas condições reais, o diálogo e a interação comunitária como meios de crescimento pessoal e grupal.

A formação deve integrar e articular diversas dimensões: pastoral, humano-afetiva, comunitária, espiritual, intelectual e vocacional. Pensamos que o processo formativo pode ser entendido didaticamente como sendo formado por três planos que se completam e atravessam, inclusive se sobrepondo às vezes. Estamos considerando como partes do plano pedagógico da formação as dimensões: comunitária, acadêmica e pastoral. No plano psicológico incluímos a dimensão humano-afetiva e a dimensão vocacional. No plano espiritual está dimensão teológica e espiritual da vocação sacerdotal. Em cada um desses planos são implementados diversos instrumentos e atividades formativas que podem ser específicas ou comuns. Vamos apresentar uma síntese do discurso oficial relativo à formação sacerdotal e suas dimensões.

A formação pastoral (CNBB, 1995) implica aspectos teóricos (estudos teológicos) e práticos (estágios pastorais concretos). Os objetivos propostos para os seminaristas nessa dimensão são: assimilar de modo pessoal as atitudes de Cristo Bom Pastor, seguindo-o em sua missão e incorporando seus sentimentos; crescer no compromisso pessoal no serviço ao povo de Deus e na caridade pastoral; integrar-se na vida da comunidade cristã e com o presbitério; cultivar a atitude ecumênica; desenvolver uma atividade social transformadora, promovendo a solidariedade, a justiça e a fraternidade; apren-

der a relacionar-se com pessoas e setores influentes da vida social; integrar sua afetividade nas relações interpessoais; adquirir uma visão de conjunto da ação pastoral; desenvolver um espírito missionário e evangelizador.

A vida comunitária (CNBB, 1995) no seminário deve ser inspirada em critérios evangélicos, superando obstáculos tais como: o individualismo, a relativização dos compromissos assumidos, a competição e o consumismo; os extremos do ativismo e do fechamento em preocupações pessoais e a impressão de que a experiência comunitária vivida no seminário não continuará na vida sacerdotal posterior. O centro da vida comunitária deve ser a Eucaristia diária. Os momentos comunitários de oração, de planejamento das atividades, de lazer, de esporte e de convivência espontâneos são estimulados. O ambiente psicológico deve ser de confiança e respeito mútuo, de expressão sincera dos sentimentos, de participação progressiva dos seminaristas no planejamento e na disciplina da vida comunitária. A dimensão econômica aparece nesse contexto, onde se indica que “o seminarista contribua de alguma maneira para o próprio sustento” (CNBB, 1995, p. 63) e recomenda-se atenção à realidade de cada formando, evitando “paternalismo, acomodação e aburguesamento”. O trabalho remunerado não deve prejudicar a dedicação ao processo formativo e o não-remunerado é interpretado como uma educação para o espírito de pobreza e de solidariedade com a classe trabalhadora. As modalidades pedagógicas do relacionamento comunitário serão definidas de acordo com as circunstâncias concretas, buscando um equilíbrio entre a vida interna e a abertura à realidade da comunidade eclesial e do mundo. Por fim, a capacidade de convivência e de trabalho em equipe, junto com a disponibilidade de servir o povo são considerados critérios de discernimento vocacional.

A formação humano-afetiva (CNBB, 1995) visa o amadurecimento progressivo e integrado do candidato ao sacerdócio. “A maturação humano-afetiva do presbítero é, pois, uma exigência do seu próprio ministério, uma decorrência da caridade pastoral que deve ser o fundamento de sua vida e a meta de sua formação global” (CNBB, 1995, p. 65). Maturidade significa capacidade de auto-conhecimento equilibrado e resistência às tensões e provas que a vida submete os indivíduos. O celibato como uma exigência clara da formação presbiteral é situado nessa dimensão formativa: “para assumir livremente o celibato por causa do Reino, o candidato precisa integrar seu dinamismo e potencialidades, aspirações e valores em vista de uma sadia identidade presbiteral” (CNBB, 1995, p. 66). Atitudes do candidato não condizentes com o compromisso da castidade no celibato são motivos de desligamento do seminário. A maturidade psicológica e afetiva é considerada uma tarefa progressiva e permanente, na qual a ação de Deus

se integra com a liberdade humana. A colaboração e assessoria oportuna de psicólogos, pedagogos e outros especialistas é considerada útil.

A formação espiritual está ordenada “à santidade de vida, que consiste na comunhão íntima com o Pai, pelo Filho e no Espírito Santo e que se atinge pela perfeição da caridade” (CNBB, 1995, p. 70). Ela deve ser trinitária, cristocêntrica e eclesial. Outros elementos importantes que a compõem são o caráter mariano e comunitário. Essa formação espiritual procede por etapas, levando gradativamente o candidato ao aperfeiçoamento e ao amadurecimento espiritual. É formada pela etapa de iniciação no seminário maior e prossegue alcançando o momento da recepção dos ministérios de leitor e acólito e do diaconato.

O seminarista é convidado a ser discípulo e ouvinte da Palavra de Deus para se tornar seu servidor. Sua participação deve ser ativa e consciente na Liturgia, pois “a presença de Cristo no hoje de sua Igreja se expressa, junto com a Palavra, nos gestos salvíficos dos sacramentos e do culto litúrgico” (CNBB, 1995, p. 73). A Eucaristia diária deve ser o centro da vida do seminário e do candidato ao sacerdócio. O seminarista deve buscar com frequência o sacramento da penitência para renovar sua conversão à Deus e a libertação do pecado. O exercício comum da vida cristã e da caridade pastoral também integram os elementos da dimensão espiritual, além do espírito missionário e evangelizador. A vida comunitária deve ser um apoio para o desenvolvimento espiritual do seminarista. Estão previstas atividades comunitárias: celebrações, momentos de oração e de silêncio, práticas de piedade, mas também deve haver espaço para expressões mais pessoais da espiritualidade. Sugere-se que os seminaristas devem conhecer as tendências espirituais da atualidade, das escolas tradicionais da espiritualidade e aquela específica do padre diocesano. É importante que os candidatos ao sacerdócio se exercitem na oração pessoal, pois serão educadores para a oração. O diretor espiritual é encarregado de apoiar e orientar de modo pessoal e sistemático a vida espiritual dos seminaristas (CNBB, 1995).

A formação intelectual (CNBB, 1985) obedece à uma motivação eminentemente pastoral diante dos desafios da evangelização no mundo atual. Ela preenche boa parte do tempo do candidato ao sacerdócio, não é um elemento secundário nem exterior ao processo formativo. A formação acadêmica não deve ser nivelada por baixo, pois “os fiéis têm direito à competência, clareza e profundidade daqueles que assumem a responsabilidade de mestres na fé, no desempenho do ministério presbiteral” (CNBB, 1995, p. 82). Os professores de filosofia e teologia são convidados a serem “autênticos formadores” (CNBB, 1995, p. 82) de modo a promover a unidade e integração do processo educativo.

A filosofia leva a uma compreensão mais profunda da pessoa humana, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus. Ela visa educar o seminarista na procura rigorosa da verdade. As ciências humanas, dentro dos estudos filosóficos são instrumentos úteis para compreender a pessoa e a sociedade. A teologia é o estudo da doutrina católica, à luz da fé e sob orientação do Magistério da Igreja, alimento para a vida espiritual, objeto de anúncio, exposição e defesa no ministério ordenado (CNBB, 1995).

IMPASSES INSTITUCIONAIS DA FORMAÇÃO DO CLERO

Nouwen (2001) estabelece um debate que podemos considerar como representativo das coordenadas pedagógicas vigentes no processo formativo sacerdotal contemporâneo: podemos situar suas análises dentro do paradigma pedagógico renovado, na difícil tentativa de superar o paradigma tradicional, mas sem realizar mudanças estruturais no processo formativo (BENELLI, 2006b).

Nouwen constata que o perfil do seminarista modificou-se: o estereótipo do jovem ingênuo, bem-humorado, amigoso, prestativo e solícito teria sido substituído por outro mais confuso, cheio de problemas, preocupado com o futuro, que debate muitas questões, vive muito tenso e experimenta sua juventude como um tempo de sofrimento. Nouwen (2001, p. 79) busca então desenvolver uma análise sobre o fenômeno da depressão no seminário norte-americano:

Embora sempre pensemos no seminário como um lugar de pessoas alegres e autoconfiantes, hoje um visitante poderia encontrar ali um local de pessoas com problemas, confusas, em uma atmosfera geral de depressão. Sem dúvida estamos estereotipando e, portanto, simplificando, mas não podemos evitar a crescente convicção de que a depressão é um dos sintomas mais surpreendentes nos seminários.

O seminário teria se aberto, se modernizado, mas, apesar disso, “seus alunos estão tristes, em vez de felizes, hostis e taciturnos, em vez de bem-humorados, fechados e desconfiados, em vez de abertos e comunicativos” (NOUWEN, 2001, p. 80). É esse paradoxo que chama sua atenção e do qual ele procura realizar um diagnóstico. O antigo seminário disciplinar teria sido superado, mas as inovações pedagógicas e a liberdade atual não estariam proporcionando a satisfação desejada.

Nouwen procura diagnosticar o problema da depressão nos seminaristas a partir de duas hipóteses: problemas quanto à identidade dos estu-

dantes e dos professores e problemas com os novos métodos educacionais estariam na base da produção do fenômeno investigado.

Os estudantes são considerados pessoas que estão em uma fase da vida na qual ainda estão construindo sua identidade pessoal. Eles buscariam na instituição de formação: “a) competência que lhes dê condições de lidar com as demandas da sociedade; b) controle que lhes proporcione canais para seus impulsos rebeldes; c) vocação que lhes dê a convicção de que são chamados a fazer aquilo pelo qual ainda se sentem vagamente atraídos” (NOUWEN, 2001, p. 81).

Ora, segundo Nouwen, o curso de graduação em teologia tem dificuldades específicas para que o aluno alcance competência: o campo de estudos é amplo e não goza do mesmo prestígio e reconhecimento social que outros cursos na área das humanidades. A dimensão do controle andaria enfraquecida, faltaria clareza quanto aos critérios de conduta com relação ao namoro, amizades íntimas, relações homossexuais. Finalmente, é difícil saber atualmente o que significa ser um sacerdote:

Nas três principais áreas de formação no seminário – Competência, Controle e Vocação –, o estudante vê-se frustrado. Ele se sente como um homem sem uma disciplina respeitada, cercado por sinais ambíguos referentes ao controle dos impulsos e preparando-se para uma vocação que se tornou fonte de intermináveis questionamentos. [...] não é difícil ver que essa crise de identidade pode tornar-se fonte de uma dolorosa depressão (NOUWEN, 2001, p. 83).

Haveria também problemas gerados pela identidade frágil e incerta dos professores formadores: “a democratização da relação estudante-professor causa conflitos inesperados” (NOUWEN, 2001, p. 83). O antigo seminário era constituído por um ambiente organizado em torno de muitas regras que deviam ser observadas com rigidez, com uma autoridade clara. Essa estrutura era baseada em um sistema de punições e recompensas e produzia muita rebelião e inconformismo. A hostilidade dos seminaristas era dirigida contra a autoridade local. Isso foi substituído por um sistema teoricamente mais permissivo, baseado na iniciativa do seminarista: ele deve decidir-se por si mesmo a fazer tudo o que se espera que ele faça, sem se sentir mandado, cobrado, vigiado. A decisão e a escolha ficam por conta do formando, agora erigido em protagonista da própria formação. Mas os formadores, embora não o formulem explicitamente, pensariam o seguinte: “Esperamos que você faça todas as coisas e siga todas essas regras, mas

não vamos forçá-lo. Confiamos em você e em seu bom senso. Esperamos que não nos decepcione” (NOUWEN, 2001, p. 83). Estaríamos então sob o lema da “liberdade com responsabilidade”, sem dizer liberdade e responsabilidade sobre o quê e para quê (BENELLI, 2006a, p. 208-9, 212).

Os seminaristas agem, então, sem saber claramente se sua conduta agrada aos formadores, e ninguém lhes diz nada, nem faz objeções ou castiga. Os formadores apenas manifestam um desapontamento, decepção e ficam ofendidos, silenciosamente, mas é como se dissessem: “Pensei que podia confiar em você e agora você faz isso comigo”. Nouwen (2001, p. 84) afirma que quando alguém não nos castiga quando merecemos, nós mesmos nos punimos: “É essa hostilidade voltada para dentro que causa a depressão que se tornou um estado de espírito tão comum em muitos seminaristas”.

Os seminaristas não correspondem à liberdade concedida pelos formadores, frustram suas expectativas, mostram-se pouco generosos, aproveitam-na indevidamente, não demonstram gratidão e se tornam ainda mais exigentes. Isso desaponta os formadores, que se sentem pessoalmente magoados. Então eles personalizam o castigo:

Embora suas mãos coçam de vontade de esbofetear, sentem-se muito liberais para fazer isso e têm de recorrer a uma forma sutil e muitas vezes prejudicial de castigo, como, por exemplo, falar sobre falta de confiança, demonstrar uma ira inadequada e súbita por pequenas coisas, ficar com expressão séria e sombria e comunicar que estão pessoalmente ofendidos e que os estudantes tornaram sua vida um inferno (NOUWEN, 2001, p. 84).

Os seminaristas reagem com sentimentos de culpa, de impotência e desorientação, o clima fica tenso e sufocante, e os relacionamentos ficam hipersensíveis.

A insegurança dos professores e formadores quanto à sua identidade também transparece na comunicação verbal e não verbal com seus alunos seminaristas. A realidade eclesial e eclesiástica está em transformação, em crise de crescimento, e isso afeta os formadores e sua influência pedagógica sobre os formandos também titubeia. Os alunos percebem as dúvidas e angústias experimentadas pelos seus formadores. Nouwen (2001, p. 85) acredita que o processo de identificação ainda é fundamental para que um indivíduo encontre seu caminho na vida: “Personalidades fortes e convincentes, que ofereçam uma atraente visibilidade ao modo de vida, são as influências mais poderosas na escolha de vida de um jovem”.

Os professores, na tentativa de evitar um papel autoritário, não saberiam nem mesmo como exercer sua legítima autoridade. Nouwen considera tais educadores idealistas demasiado ingênuos. Ele se pergunta se quando os professores abrem discussões democráticas, não estariam, mesmo sem intenção consciente, transferindo aos alunos sua responsabilidade educativa, já que tampouco sabem muito bem o que fazer ou para onde ir:

Pode ser até possível que muitas formas de liberalização nos seminários atualmente sejam sentidas pelos estudantes como um testemunho da incapacidade do corpo docente de oferecer estruturas significativas. Muitos seminaristas que participaram de discussões sobre todos os temas básicos possíveis em um ano inteiro estão mostrando sinais de fadiga, decepção, confusão e mesmo hostilidade. Alguns se sentem até mesmo enganados, como se tivessem perdido tempo debatendo questões que não levam a lugar algum e estão fadadas a causar frustração (NOUWEN, 2001, p. 86).

Os novos métodos educacionais estão baseados em dois instrumentos: o diálogo e o convívio em pequenos grupos. Ambas as estratégias pedagógicas são preciosas, mas trazem também algumas armadilhas.

Há uma ênfase crescente no valor da comunicação verbal, certamente de inspiração terapêutica e psicológica, que teria dois pressupostos básicos: a partilha livre e aberta de idéias e sentimentos aproxima mais as pessoas, e que um alto grau de intercâmbio verbal esclarece as questões e facilita a tomada de decisões. Nouwen questiona tais pressupostos tácitos. Palavras vazias podem servir justamente para protelar a ação ou confrontos perigosos. No contexto do seminário, como os formandos estão “submetidos constantemente a notas e avaliações mostram-se, em vários sentidos, temerosos uns dos outros e muitas vezes hiperintrovertidos” (NOUWEN, 2001, p. 80). Eles vivem constantemente questionando sua própria adequação e apresentam dificuldades para que outros entrem em áreas pessoais caracterizadas pela dúvida e confusão¹.

O intercâmbio verbal pode cair numa disputa e nem sempre criar uma maior aproximação. “Os seminaristas incentivados a dialogar, com a sugestão de que isso formaria uma comunidade melhor, podem ficar muito decepcionados e mesmo hostis quando descobrirem que um ano de discussão não os afastou de seus sentimentos de solidão e alienação” (NOUWEN, 2001, p. 89). Então eles podem se sentir ainda mais distanciados uns dos outros, o que também levaria a um sentimento de fracasso e depressão.

A insistência em ter consciência da própria ação, uma crença ilimitada nos poderes da razão ou nas diversas ciências humanas nos fariam pensar que o esclarecimento racional de questões pertinentes ajudariam a resolver problemas existenciais. Nouwen (2001, p. 89) se pergunta até que ponto isso seria verdadeiro, “pois o discernimento de um problema e a capacidade de lidar com ele são duas coisas diferentes”. Uma coisa é a discussão e análise de problemas existenciais, outra questão é resolvê-los. Eles só podem ser encaminhados através da participação e de decisões pessoais:

Há algo tragicômico no fato de que, enquanto em muitos seminários há uma crescente adoração pela consciência intelectual explícita e uma ênfase cada vez maior em “saber o que se faz”, o jovem não religioso está queimando incenso, praticando meditação e fazendo macrobiótica para alcançar um grau de participação mais alto nas fontes básicas da vida. Enquanto isso, nossas liturgias tornaram-se mais loquazes e verborrágicas, e o incenso e outros estímulos auditivos e visuais são desdenhados como parte de uma antiga magia (NOUWEN, 2001, p. 90).

Quando os seminaristas tornam-se incapazes de dialogar e de tomar decisões, ficariam decepcionados, mal-humorados e deprimidos.

A estratégia de dividir um grande grupo de seminaristas em “equipes de vida” pretenderia criar a possibilidade de uma fraternidade real na vida comunitária institucional, buscando superar o anônimo no grande grupo. Nouwen (2001, p. 91) detecta alguns problemas nos pequenos grupos.

O primeiro problema é o simples fato de que os seminaristas não podem evitar-se mutuamente. [...] Em uma equipe pequena, fica-se muito perto de uns poucos colegas, e muitas das atividades encontram-se sob os olhos críticos dos membros das equipes, mesmo quando não nos sentimos muito atraídos por eles.

Ele conclui que a vida em equipe é muito exigente quanto à maturidade de seus membros do que a grande comunidade.

Além disso, haveria uma confusão quanto ao entendimento do que seja uma equipe. Normalmente, uma equipe é constituída visando à execução mais eficiente de uma tarefa. Já no seminário, se pretende que ela ajude a melhorar a condição de vida dos formandos. A equipe de vida – e não de trabalho – tende a se tornar auto-orientada, ocupada apenas com relações interpessoais, descambando numa “terapia de grupo amadora” (NOUWEN,

2005, p. 91), alimentando o narcisismo e exacerbando muitas vezes o narcisismo das pequenas diferenças.

Nouwen (2005, p. 92) afirma que a finalidade do processo formativo é altruísta e aloçêntrica: “o ideal não é se concentrar em si mesmo, não chorar e não expressar todas as suas emoções, mas sim esquecer os próprios problemas e fazer o trabalho que exige ação e interesse”. Quando uma equipe incentiva formas regressivas de comportamento, estaria desvirtuando sua finalidade.

A dinâmica das equipes de vida apresenta outra dificuldade relacionada com o tema da intimidade e da solidão. Os jovens formandos podem procurar solucionar sua necessidade de afeto através de amizades exigentes e exaustivas, imaturas e conflitivamente ciumentas. Criam-se as ‘panelinhas’, relacionamentos tensos e potencialmente explosivos. “As pressões sobre alguns estudantes são tão intensas que eles muitas vezes têm necessidades inexauríveis de intimidade e amizades pegajosas” (NOUWEN, 2005, p. 93).

As equipes de vida são empreendimentos especiais e delicados que exigem acompanhamento por parte dos formadores. “O principal perigo é que a equipe orientada para tarefas degenere em um grupo fechado, autocentrado, no qual relações muito pegajosas possam drenar a energia psicológica dos estudantes e permitir um comportamento regressivo” (NOUWEN, 2005, p. 93). Nesse caso, seria grande a possibilidade dos estudantes se tornarem mal-humorados, exigentes, irritadiços e mimados. Surge “a depressão, o sentimento de não ser compreendido, amado ou apreciado, e o desejo de receber a piedade daqueles por quem se sente uma estranha mistura de hostilidade e amor” (NOUWEN, 2005, p. 93). O diagnóstico de Nouwen termina com uma análise do problema da fadiga entre os formandos:

Um número considerável de seminaristas reclamam de um grau da fadiga injustificável. [...] Essa chamada fadiga neurótica é resultado de um modo de vida caracterizado por hiperconsciência, pela qual o homem não se apóia mais em seus processos automáticos, mas quer saber o que está fazendo em cada momento.

Essa situação caracterizaria uma ansiedade inconsciente e extremamente desgastante para os seminaristas, geradora de depressão. Sintoma visível de depressão seria essa fadiga neurótica².

Terminado o diagnóstico, Nouwen passa para as considerações terapêuticas, afirmando que não propõe um retorno ao passado autoritário e disciplinar do antigo seminário. Antes, seria importante “aliviar as reações depressivas a muitas iniciativas criativas” (NOUWEN, 2005, p. 95).

Toda instrução teria como função primária oferecer uma estrutura significativa que permita a utilização criativa das energias dos estudantes. Mas “não temos ainda as estruturas significativas por meio das quais podemos ajudar o estudante a dar forma a muitas de suas potencialidades ainda não direcionadas e não focalizadas” (NOUWEN, 2005, p. 96). Diante dessa constatação, ele apresenta suas orientações.

Os professores formadores devem exercer claramente seu papel de autoridade, sem cair no autoritarismo. A fonte de sua legítima autoridade estaria em sua competência, maturidade e fé. “Os estudantes querem ser criticados, repreendidos e mesmo castigados. [...] Conflitos, atritos e diferenças de opinião não precisam ser evitados. Isso faz parte da formação” (NOUWEN, 2005, p. 97).

Para que o diálogo e a convivência em pequenos grupos sejam efetivos e não nocivos eles devem ser supervisionados e adequadamente liderados pelos formadores. O líder deve coordenar a livre comunicação no grupo mantendo-a no foco e plano adequado para os interesses da comunidade.

Nouwen afirma que uma comunidade acomodada, sedentária, sem entusiasmo, encantada com um oásis de bem-estar, satisfação e conforto pessoal perde seu poder de atração vocacional e sua efetividade. Quando a comunidade perde sua convicção básica na própria missão, é possível verificar que seus membros tendem a se tornar apáticos e deprimidos: uma vida sem sentido não vale a pena ser vivida. Sobretudo porque o chamado de Jesus implica uma relação de amor tal que supera a mera experiência psicológica de simpatia e amizade.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO CONTEXTO INSTITUCIONAL DE UM SEMINÁRIO CATÓLICO TEOLÓGICO

Os sujeitos dessa pesquisa incluem um estabelecimento denominado seminário teológico católico localizado no interior do Estado de São Paulo e seus diversos atores institucionais: seminaristas estudantes de teologia, cujas idades variam entre 22 e 40 anos, padres formadores: reitor, diretor de estudos, diretor espiritual, cujas idades variam entre 48 e 65 anos, além de professores, técnicos administrativos e demais funcionários. O número de seminaristas em formação varia conforme o ano, mas normalmente há entre 40 e 60 formandos no seminário.

O seminário teológico é constituído por uma grande propriedade e diversos edifícios, que abrigam salas de aula, dormitórios, refeitório, capela, igreja, biblioteca, ambientes e espaços de convivência, tais como pátios e jardins. Ali se realiza a preparação teológica dos candidatos ao sacerdócio, que cursam o bacharelado em teologia, com quatro anos de duração. Além das atividades

acadêmicas, outras dimensões específicas do processo formativo sacerdotal são implementadas no estabelecimento: vida comunitária, formação humano-afetiva, dimensão vocacional e espiritual e, ainda, atividades pastorais.

Para realizar essa pesquisa, utilizamos a técnica da observação participante, qualitativa, rigorosa, sistemática e vivencial (RICHARDSON, 1985; ALVES-MAZZOTTI, GEWANDS-ZNAIDER, 1998; BENELLI, 2006a). A participação não implicou um delineamento conjunto, pois não havia demanda de análise por parte da instituição seminário, embora houvesse bastante sofrimento ali. A técnica da observação participante foi utilizada e reorientada para manter-se adequada e sensível às características da situação. A observação participante foi não-estruturada, isto é, nela os fenômenos a serem observados não eram predeterminados, eles foram observados e relatados da forma como aconteceram, visando descrever e compreender o que estava ocorrendo na situação dada. Acompanhamos a vida institucional durante três anos, de 2003 a 2006, estando presentes semanalmente no seminário teológico. Às vezes passávamos o dia inteiro, toda uma tarde ou uma parte da noite no local: nas missas, nas aulas, nas refeições, nos momentos de espiritualidade, em jornadas de estudos, nas festas e comemorações do aniversário do instituto teológico, nas assembleias, em sessões de recados, em reuniões de formadores, em convivências, nas tardes de trabalho doméstico, em jogos olímpicos, em reuniões formais e informais de seminaristas, nas formaturas, despedida e recepção de novos formadores, etc. Assim, tivemos ocasião de acompanhar a vida cotidiana e também momentos especiais da vida do seminário, verificando o funcionamento de diversos dispositivos político-pedagógicos no estabelecimento. Na elaboração dos relatos da etapa de observação participante nessa pesquisa no seminário teológico utilizamos ainda diversos documentos e fontes de informação, tais como: diálogos informais, entrevistas, planos pedagógicos, relatórios institucionais, atas de reuniões e assembleias, planos de curso, dados estatísticos, perfil dos alunos e dos professores, cartazes, avisos, circulares, formulários, folhetos de circulação interna, normas e produzimos um longo e minucioso relatório do qual comentaremos apenas alguns aspectos mais relevantes.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO SEMINÁRIO TEOLÓGICO

Foi na década de 1980 que os bispos da província eclesiástica decidiram fundar e criar o seminário que estamos investigando, de acordo com as novas orientações romanas. Houve um retorno para o modelo do semi-

nário clássico tradicional, fórmula de evidente sucesso no passado. Mas os tempos mudaram, a sociedade se transformou. Velhos problemas retornaram no plano disciplinar e na dimensão da espiritualidade também houve um retraimento em direção ao culto, ao sacramento, um retorno ao mundo religioso e sagrado por excelência (LIBANIO, 2000, 2003).

A literatura sobre a formação dos seminaristas (CENTINI; MANENTI, 1988; JOÃO PAULO II, 1992; CNBB, 1995, 2001; MÉZERVILLE, 2000; MARMILICZ, 2003) explicita diversas dimensões do processo educativo. De acordo com o que pudemos constatar na prática cotidiana, há notáveis diferenças entre o plano discursivo oficial e o plano não discursivo.

Uma das dimensões indicadas na literatura é a vida comunitária que, de acordo com nossas observações tem como base uma certa privação da liberdade e a exclusão do trabalho remunerado (caracterizando um tipo interessante de ‘refenato’). O regime de externato é substituído pelo do internato com todas as suas conseqüências. Podemos falar em uma tecnologia de enclaustramento totalitário que inclui como operadores a observação e vigilância hierárquica sobre o comportamento dos indivíduos, instituindo controle, sanção normalizadora e técnicas de exame. O funcionamento automático dessa parafernália institucional parece produtor de medo e de um clima estressante, que pressiona anonimamente a todos, gerando finalmente, resignação. A vida comunitária quase que se reduz aos ‘momentos comuns’, nos quais é obrigatória a presença coletiva: o horário da oração matinal e vespertina, das refeições, das celebrações da eucaristia, frequência às aulas, assembléias, aos trabalhos domésticos e as reuniões por grupos diocesanos. Ser comunitário basicamente significaria estar formalmente reunido com o grupo no momento certo.

Embora os documentos e os discursos oficiais que circulam no seminário proclamem o “protagonismo do formando”, o que se verifica é de fato sua subordinação à autoridade e ao arbítrio dos padres formadores. A propalada “formação participativa” parece uma tentativa de incluir elementos democráticos numa estrutura demasiado vertical e autoritária. O pouco que se consegue é tratar de assuntos secundários em assembléias formais que também se prestam para que os padres formadores exerçam sua autoridade, buscando referendar suas decisões em votações com os seminaristas. Predomina mesmo uma formação tradicional e autoritária, com o poder político, econômico e deliberativo concentrado nos padres formadores e sobretudo na pessoa do padre reitor do seminário. No discurso, formadores e documentos pretendem buscar uma “formação personalizada”, mas suas práticas cotidi-

anas, seus dispositivos e estruturas institucionais estão articuladas de modo a fomentar uma formação uniforme e massificadora. Ao invés do trabalho profissional, temos a tutela econômica incompleta, propiciadora de um regime de refenato.

A dimensão da formação humano-afetiva pretende fundar-se em princípios humanistas e cristãos, pois um homem integral e integrado seria condição de possibilidade para a formação de um padre maduro e equilibrado. Trata-se de construir uma base humana sólida e saudável para poder educar o corpo e a sexualidade para o celibato: educar os sentimentos, cultivar relacionamentos sociais altruístas, manter uma convivência fraterna e harmoniosa em amizades sadias, realizar um trabalho solidário em equipe, ter responsabilidade no uso dos bens pessoais e coletivos, tornar-se capaz de integrar a genitalidade num projeto de vida casto. Aqui detectamos todo um processo de pedagogização e psicologização (inclusive de forte psicopatologização) dos comportamentos.

A Psicologia tradicional, centrada no indivíduo, psicologizante e patologizante da conduta e do comportamento pessoal, parece prestar um grande desserviço para o processo formativo sacerdotal. Há uma terapêutica do cotidiano da vida do seminarista no seio de um seminário de formato monástico, que pretende realizar um trabalho de transformação do indivíduo em padre: tudo o que o seminarista faz pode ser tomado como índice de amadurecimento, imaturidade, enlouquecimento, vocação ou ausência dela, de acordo com a leitura dos padres formadores, colegas, professores e funcionários do estabelecimento. Nesse sentido, só o fato de viver no seminário realmente pode ser considerado como formativo em si mesmo, independente de atividades formativas específicas que venham a ser desenvolvidas.

A dimensão acadêmica do processo formativo deveria fornecer os elementos intelectuais e científicos que capacitassem o futuro presbítero para atuar como líder e dirigente da instituição paroquial. É a dimensão mais explícita do processo, a melhor organizada porque mais visível e normatizada, constantemente monitorada por outras instâncias (Ministério da Educação, Faculdade de Filosofia e Teologia). Haveria mesmo um processo de pedagogização e escolarização da formação sacerdotal. Quando não há aulas, curiosamente também não há seminário, pois o término do ano letivo coincide sempre com as férias dos seminaristas. Além disso, a conclusão das atividades acadêmicas praticamente quase que indicariam que o seminarista cumpriu proveitosamente todos os requisitos para a ordenação sacerdotal e já pode recebê-la ou até mesmo exigí-la. A preparação acadêmica e

profissional como bacharel em Filosofia e Teologia pode funcionar como cobertura ideológica para uma preparação de matiz fundamentalmente clerical, mesmo à revelia das intenções explícitas dos padres formadores e dos discursos plasmados na literatura pertinente.

De acordo com as informações que coletamos no campo de pesquisa, o jovem que chega no seminário menor ou propedêutico vem com uma experiência espiritual típica dos grupos da Renovação Carismática Católica. Nesses candidatos novatos predominaria um paradigma pré-moderno, mágico, no qual a vida espiritual é entendida como um percurso individual, intimista, pietista, devocional, antiintelectual, pouco racionalizado e marcado pela perspectiva de negação da realidade do mundo, considerada como essencialmente pecaminosa. Tudo é pecado, de modo especial, toda a dimensão do corpo, da afetividade e da sexualidade, que tende a ser sistematicamente reprimida, pelo menos nos discursos. É explícita a separação do sagrado e do santo com relação ao profano e a dimensão sócio-histórica da realidade.

No seminário filosófico, a proposta seria viver uma espiritualidade mais comunitária, externalizada em práticas coletivas e ritualizadas. O ambiente é fortemente racional, filosófico e politizado, encarnado e visando a transformação da realidade histórico-social. Em apenas um semestre, o nível cultural do seminarista se expande de modo extraordinário devido ao impacto da dimensão intelectual. Os estudos filosóficos e das ciências humanas descortinam novos e insuspeitados horizontes para os jovens formandos. Mas sua experiência espiritual tende a permanecer no nível incipiente com o qual ele ingressou na instituição seminário, sobretudo devido à precária oferta institucional nesse quesito. A defasagem é crescente e é comum que ele abandone antigas práticas devocionais, entre em 'crise' e comece a pensar inclusive que está perdendo a fé. Nessa etapa da formação predominaria o paradigma moderno, com todos os embates entre fé e razão, ciências e fé, fé e política, alienação religiosa e luta pela transformação social.

Já no seminário teológico, o ambiente acadêmico é centrado muito mais na dimensão doutrinal, dogmática e moral, do que na pesquisa e elaboração teológica. A tendência que nos parece hegemônica atualmente é a de que o seminarista, quanto à dimensão espiritual, realize um percurso espiritual grupal, coletivo e institucional, centrado em práticas litúrgicas romanizadas, esmeradas e rubricistas, de tonalidade mais emocional, festiva, mágica, utilitarista e antiintelectual, negadora e alienada da realidade sócio-histórica. Embora haja a prática da oração pessoal entre os seminaristas, a busca de um caminho espiritual pessoal parece bastante incipiente.

A formação espiritual é a mais difícil das dimensões da formação presbiteral. Difícil de implementar porque difícil de viver. Difícil de avaliar porque difícil de apreender se o indivíduo está realmente trilhando um caminho de vida espiritual, de conversão.

Na direção espiritual, o padre responsável verifica através do relato do seminarista – que pode dizer o que quiser – como vai sua vida espiritual. Parte-se do princípio que o seminarista não tem porque mentir ou ocultar dificuldades e problemas pessoais do padre diretor espiritual que está ali para auxiliá-lo. O seminário oferece retiros espirituais anuais, ritos, cerimônias, sacramentos diários, doutrina e estudos teológicos aos seminaristas, para alimentá-los espiritualmente. O impacto dos estudos filosóficos e teológicos tende a produzir efeitos racionalizadores e demolidores da experiência de fé ingênua e juvenil dos seminaristas. A vida nos conturbados bastidores do estabelecimento eclesiástico também produz danos na fé dos futuros presbíteros: não é difícil observar um apego formalista e vazio às práticas litúrgicas belamente encenadas em cerimônias pontificais, exuberantemente paramentadas, incensadas e estendidas ao máximo quanto à sua duração. Mas o rebuscamento dos enfeites e decorações não parece preencher o vazio de celebrações monótonas quase que desprovidas de motivação e de razões para serem executadas. Há muito cerimonial, mas talvez haja pouca mística e fé. O engajamento político e social, embora seja incentivado no plano discursivo (CNBB, 1995, 2001), é substituído por um engajamento mais espiritualista, emocional e sobretudo ritual e cultural. A transformação histórica da sociedade parece ser substituída pela superação das contradições sociais no plano da transcendência religiosa. Uma questão importante nos parece ser a relação entre a dimensão disciplinar e a dimensão espiritual no contexto institucional do seminário teológico. Até que ponto as relações de poder são capazes de anular e sabotar a dimensão espiritual? Será que a dimensão espiritual não acaba servindo como uma cobertura ideológica que mascara os aspectos disciplinares da formação sacerdotal institucional? Cremos que quanto mais totalitária e disciplinar uma instituição seja, mais distante e impossibilitada ela estaria de poder se organizar a partir da lógica evangélica.

A dimensão pastoral no processo formativo pode ser considerada como um treino para a futura prática pastoral clerical, provavelmente de matiz autoritária, concentradora e conservadora que o atual seminarista e futuro presbítero é chamado a experimentar. Conforme pudemos perceber, o pároco exerce o poder supremo no território paroquial, gozando de jurisdição universal, pois sua palavra equivale à lei: o que ele decide tem valor e deve ser executado. Provavelmente é isso que o seminarista tende a aprender

na prática: “a arte das relações de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 245) o padre manda, podendo inclusive prescindir de maior qualificação e capacitação, mas tem o poder de mandar e as pessoas geralmente o obedecem. Ele não precisa lançar mão de teorias científicas, de técnicas para planejamento e gerenciamento para coordenar pessoas e grupos, basta mandar. Seu poder deriva do mandato hierárquico conferido pelo bispo. Todos os conhecimentos filosóficos, teológicos, sociológicos, históricos, psicológicos, políticos sobriariam, seriam quase que um excesso e um luxo desnecessário. Aparentemente, quem tem poder, não precisa saber nada, basta mandar. O seminarista na pastoral, terra de ninguém, vive sob a influência, exemplo e jurisdição do pároco. Está exposto inclusive ao seu capricho e arbítrio. Onde não há lei, pode campear livremente o arbítrio. Nesse caso, o seminarista pode se dar muito bem ou muito mal, dependendo de sua sorte, da idiossincrasia do padre de plantão e da sua capacidade diplomática ou de seu engenho na arte de manipular.

Notamos que a efetividade da formação sacerdotal parece consistir no desconhecimento da ação, das práticas institucionais cotidianas realizadas pelos diversos atores implicados na produção dessa realidade social específica. Caso isso se verifique, pensamos que uma das dificuldades para a compreensão e a elaboração dos problemas e do sofrimento psíquico institucionais que ali constatamos estaria nessa perspectiva individual e psicologizante, centrada predominantemente no seminarista (BENELLI, 2006b). Então uma análise dialética, focada no coletivo institucional nos parece necessária e adequada para um equacionamento político, pedagógico e também místico dos problemas emergentes no seminário católico que estamos estudando. Por isso nos propusemos estudar a teoria da técnica da formação eclesial institucional. Futuramente veremos através de entrevistas semidirigidas com os atores institucionais, se essas nossas percepções iniciais encontram confirmação ou não.

Notas

- ¹ Esse clima institucional parece-nos produzido pelo modo de funcionamento próprio de uma instituição disciplinar e total, ilustrada pela fala de um formando: “É perigoso ter amigos no seminário”.
- ² Pensamos que essa fadiga é fruto da ‘pressão’ ambiental que o modo de funcionamento panóptico do seminário promove: o formando internaliza a vigilância institucional e esse ‘auto-policimento’ pode se tornar extenuante ao longo do tempo (Cf. Foucault, 1999, p. 170). Se o sofrimento do seminarista na instituição não é necessário para o seguimento de Cristo, ele parece exercer um papel fundamental no processo de clericalização do jovem candidato ao sacerdócio.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BAREMBLITT, G. F. (Org.). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BARUS-MICHEL, J. *O sujeito social*. Trad. E. Galery; V. M. Machado. Belo Horizonte: Ed. da PUC Minas, 2004.
- BENELLI, S. J. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. *Estudos de Psicologia*, v. 21, n. 3, p. 237-252, 2004.
- BENELLI, S. J. *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico*. São Paulo: Edunesp, 2006a.
- BENELLI, S. J. Paradigmas eclesiais e pedagógicos na formação sacerdotal institucional: uma investigação em Psicologia Social. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 66, n. 264, p. 807-841, 2006b.
- BEOZZO, J. O. *A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (Orgs.). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-36.
- BOFF, C. M. Uma análise de conjuntura da igreja católica no final do milênio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 56, n. 221, p. 125-149, 1996.
- CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CENTINI, A.; MANENTI, A. *Psicologia e formação: estruturas e dinâmicos*. Tradução de Ferreira, F. R. C., Gastaldi, M. São Paulo: Paulinas, 1988.
- COMBLIN, J. *O povo de Deus*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Formação dos presbíteros da igreja no Brasil: diretrizes básicas*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Metodologia do processo formativo: a formação presbiteral na igreja do Brasil*. São Paulo: Paulus, 2001.
- COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Ensaio de loucura e civilização: 1*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 141-168.
- COSTA-ROSA, A. *A instituição de saúde mental como dispositivo social de produção de subjetividade*. Assis: Unesp. 2006. Mimeografado.
- FERREIRA NETO, J. L. *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta, 2004.
- FIGUEIREDO, L. C. M. *Psicologia: uma introdução*. Uma visão histórica da Psicologia como ciên-

cia. São Paulo: Educ, 1991.

FOUCAULT, M. *A vontade de saber*. Tradução por M. T. C. Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. (História da Sexualidade, n. 1).

FOUCAULT, M. *O uso dos prazeres*. Tradução por M. T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. (História da Sexualidade, n. 2).

FOUCAULT, M. *O cuidado de si*. Tradução por M. T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. (História da Sexualidade, n. 3).

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução por R. Ramalhe. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FURTADO, O.; REY, F. L. G. (Orgs.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Leite, D. M., Trad. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GUATTARI, F. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Ed. 43, 1992.

GUERRA, L. D. *Mercado religioso no Brasil: competição, demanda e a dinâmica da esfera da religião*. João Pessoa: Idéia, 2003.

JOÃO PAULO II. *Sobre a formação dos sacerdotes: pastores Dabo Vobis*. São Paulo: Paulinas, 1992.

LIBANIO, J. B. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1984.

LIBANIO, J. B. *Cenários da igreja*. São Paulo: Loyola, 2000.

LIBANIO, J. B. *Olhando para o futuro: prospectivas teológicas e pastorais do cristianismo na América Latina*. São Paulo: Loyola, 2003.

MARMILICZ, A. *O ambiente educativo nos seminários maiores do Brasil: teoria e prática*. Curitiba: Vicentina, 2003.

MÉZERVILLE, G. *Maturidade sacerdotal e religiosa: um enfoque integrado entre psicologia e magistério*. Tradução de Costa, J. R. São Paulo: Paulus, 2000.

NOUWEN, H. J. M. *Intimidade: ensaios de psicologia pastoral*. Tradução de Ricci, E. L. São Paulo: Loyola, 2001.

REY, F. L. G. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. Trad. Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira, 2003.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

SILVA, N. Subjetividade. In: JACQUES, M. G. C. et al. (Org.). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 168-180.

Abstract: this article introduces debates and preliminary data from a Social Psychology inquiry about the production of ecclesiastical subjectivity, as well as it happens at the Catholic Seminary Institution. By taken

institutional analysis as a theoretical tool, we study the seminary in terms of pedagogical device. The field research is a Catholic Theological Seminary, where 50 Seminarians live in boarding system, at the final stage in the preparation to the priesthood. Data were obtained through observation of the institutional daily life. It discusses about the theme of subjectivity production, shows some official theories about clergy formation, and, finally, data obtained by observation.

Key words: *psychology and religion, institutional analysis, catholic seminary*

Este artigo é parte da pesquisa de doutorado A Produção da Subjetividade na Formação Contemporânea do Clero Católico, que está sendo desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Geraldo José de Paiva no curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, com financiamento da Capes.

SÍLVIO JOSÉ BENELLI

Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP, São Paulo. Psicólogo. *E-mail:* sjbewelli@yahoo.com.br